



newsletter

Nº 77 – JUNHO / 2013

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 77 – JUNHO/2013
(circulação limitada)

Assuntos em Destaque

Resumo Fiscal/Legal – Maio de 2013	2
Regime de Caixa em Sede de IVA	3
Revisores e Auditores	6

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 58/2013, de 8 de Maio - Estabelece as normas aplicáveis à classificação e contagem do prazo das operações de crédito, aos juros remuneratórios, à capitalização de juros e à mora do devedor.

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de Maio - No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 25/2013, de 8 de Abril, aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo, transpõe as Directivas n.ºs 2009/65/CE, de 13 de Julho, 2010/43/UE, de 1 de Julho, 2010/44/UE, de 1 de Julho, e parcialmente, a Directiva n.º 2010/78/UE, de 24 de Novembro, e procede ainda à introdução de alterações ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e ao Código dos Valores Mobiliários.

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de Maio - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, que aprova os regimes da normalização contabilística para microentidades e para as entidades do sector não lucrativo e transpõe a Directiva n.º 2009/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho, e a Directiva n.º 2010/66/UE, do Conselho, de 14 de Outubro.

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de Maio - No uso da autorização legislativa concedida pela Lei 66-B/2012, de 31 de Dezembro, aprova o regime de contabilidade de caixa em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (regime de IVA de caixa), e altera o Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro.

Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego - Portaria n.º 199/2013, de 31 de Maio - Sujeita ao pagamento de taxas, destinadas a cobrir os encargos com a gestão do sistema de licenciamento e registo das empresas de mediação imobiliária e revoga a Portaria n.º 1328/2004, de 19 de Outubro.

2/6

ORA newsletter

Nº 77 – JUNHO/2013
(circulação limitada)

REGIME DE CAIXA EM SEDE DE IVA

Foi publicado, em Diário da República, o Decreto-Lei nº 71/2013, de 30 de Maio, que aprovou um regime de contabilidade de caixa em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) o qual terá carácter facultativo e vigorará a partir de 1 de Outubro de 2013.



O diploma agora publicado decorre da autorização legislativa contida na Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013), na qual a exigibilidade do imposto devido nas operações activas, efectuadas no âmbito do regime de caixa, apenas ocorrerá no momento do seu recebimento pelos clientes.

O objectivo deste regime é contribuir para aliviar a pressão sobre a tesouraria das empresas e reduzir os custos financeiros associados à entrega ao Estado de um imposto antes do seu efectivo recebimento.

O Regime abrange os sujeitos passivos de IVA, independentemente do respectivo sector de actividade, com um volume de negócios anual inferior a 500.000 euros e que não beneficiem da isenção do imposto, estimando-se que o universo das potenciais empresas abrangidas com este regime facultativo atinja as 370 mil entidades (85% do tecido empresarial português).

Algumas notas práticas sobre o regime de caixa

1 - Quem pode optar por este regime

Podem optar os sujeitos passivos de IVA que, não tendo atingido no ano civil anterior um volume de negócios, para efeitos de IVA, superior a 500.000 euros, não exerçam exclusivamente uma actividade do artigo 9º, e não estejam abrangidos pelo regime de isenção previsto no artigo 53º ou pelo regime dos pequenos retalhistas previsto no artigo 60º, todos do CIVA.

2 – Vantagens da opção pelo regime de caixa

O IVA é exigível apenas no momento do recebimento total ou parcial do preço (e pelo montante recebido) como regra geral. No entanto, atente-se que os sujeitos passivos incluídos neste regime apenas podem deduzir o imposto, que incide sobre todas as transmissões de bens ou as prestações de serviços que lhes foram efectuadas, desde que tenham na sua posse factura-recibo ou recibo comprovativo de pagamento.

3/6

ORA newsletter

Nº 77 – JUNHO/2013
(circulação limitada)

A vantagem da opção pelo regime de caixa vai depender, conforme se pode inferir, do prazo médio de recebimento e do prazo médio de pagamento da empresa e do sector onde se encontra inserida. Por exemplo, as empresas que recebam dos seus clientes de forma imediata e tenham um prazo médio de pagamento a 60/90 dias aos seus fornecedores não têm vantagens em optar por este regime.

Por outro lado, as entidades que operam com clientes em que o prazo médio de recebimentos é muito dilatado, poderá ser interessante o recurso a este regime, tanto mais que estamos a falar essencialmente de pequenas/médias empresas, com menor capacidade de endividamento bancário, em que o IVA representa um peso relevante no seu orçamento de tesouraria.

3 – Opção pelo regime



A opção pelo regime de IVA de Caixa faz-se mediante comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira, por via electrónica, no Portal das Finanças, até 31 de Outubro de cada ano, sendo que os sujeitos passivos devem permanecer neste regime durante um período de, pelo menos, dois anos civis consecutivos.

De acordo com a norma transitória, os sujeitos passivos que reúnam, em 30 de Maio de 2013, as condições para optar pelo regime de caixa, podem exercer essa opção até ao dia 30 de Setembro de 2013.

4 – Requisitos dos documentos de suporte

As facturas devem conter a menção “IVA – Regime de Caixa” e é obrigatória a emissão de recibo, pelos montantes recebidos (sendo o documento que, em regra, determina a exigibilidade do imposto).

5 – Registo das operações abrangidas pelo regime

O artigo 7º do Anexo ao Decreto-Lei nº 71/2013 vem implicar novas exigências em termos contabilísticos de forma que as empresas possam demonstrar, separadamente: i) o valor das transmissões de bens e prestações de serviços abrangidas pelo regime; ii) o montante e data dos recebimentos; e iii) o valor do imposto com relevação distinta do montante ainda não exigível.

ORA newsletter

Nº 77 – JUNHO/2013
(circulação limitada)

De referir que as compras de bens e de prestações de serviços efectuadas por estes sujeitos passivos devem também ser objecto de registo de forma a evidenciar o montante e a data dos pagamentos efectuados relativamente a cada aquisição, contribuindo-se, desta forma, para a neutralidade do imposto.

6 – Sigilo bancário

As empresas que optarem por este regime mantêm o sigilo bancário em relação às suas contas.

O acesso às contas bancárias chegou a estar previsto no projecto de diploma, embora se tenha entendido que seria um factor dissuasor para as empresas no momento da escolha do regime, desvirtuando o impacto que se pretende criar com esta medida, e existindo na Lei outros mecanismos de controlo para evitar a utilização fraudulenta.

Notas finais

Não obstante se considerar uma medida importante, em termos de equidade e justiça fiscal para as pequenas e médias empresas, parece-nos que a sua aplicação prática levanta alguns constrangimentos de natureza contabilística e informática (necessidade de maior controlo operacional).

Será muito interessante, logo que existam dados disponíveis, atestar a quantidade de empresas que optaram pelo regime e verificar de que forma se traduziu numa efectiva melhoria da respectiva situação financeira.



- Pedro Bastos -

ORA newsletter

Nº 77 – JUNHO/2013
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas publicou recentemente o nº 60 da sua revista trimestral (Janeiro a Abril de 2013).

Salientamos pelo seu interesse as seguintes matérias/artigos:

- i) **Cepticismo Profissional** – O cepticismo profissional é uma atitude essencial que aumenta a capacidade do auditor para responder às condições que possam indicar uma possível distorção. Isto inclui uma avaliação crítica da prova de auditoria, a qual é necessária para o auditor tirar conclusões apropriadas. A OROC continua, neste número, a abordar um conjunto de perguntas e respostas relacionadas com o “Cepticismo Profissional”, designadamente, “Têm os Reguladores e Órgãos de Supervisão das Firms de Auditoria e os Encarregados da Governação um Papel a Desempenhar no Apoio ao Comportamento Céptico entre os Auditores?”. Recomenda-se a leitura das ISA 230, 240, 250 e 260.
- ii) **Amostragem em Auditoria** – Tendo por base a ISA 530 são apresentados: i) o conceito de amostragem em auditoria; ii) a amostragem estatística vs amostragem não estatística; iii) amostragem por atributos; iv) a amostra estatística MUS (*monetary unit sample*); v) avaliação da amostra; e vi) análise da causa das distorções: erro, fraude, sistemática ou ocasional, humana ou informática.
- iii) **Limitação à Dedução Fiscal de Gastos de Financiamento** – Este artigo aborda a regra de limitação à dedução em IRC dos gastos de financiamento líquidos.

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*